

Cara leitora, caro leitor,

A Revista Jurídica da Presidência – RJP, neste ano de 2023, completa 24 anos de criação e comemora esse marco com os seus milhares de assinantes e com mais de trezentos professores doutores que compõem o corpo de pareceristas *ad hoc*.

Iniciamos o 25º volume com a edição de nº 135 e, em continuidade às inovações implementadas, apresentamos a Seção “Dossiê Temático” na abertura do volume, que desta vez destacará temas sobre Direitos Humanos.

Temos a honra de iniciar esta edição, na Seção Autor Convidado, com o texto intitulado “Liberdade de expressão, imprensa e mídias sociais: jurisprudência, direito comparado e novos desafios”, de autoria do Ministro Luís Roberto Barroso, membro do Conselho Editorial da RJP. O autor apresenta um panorama das principais questões relacionadas à liberdade de expressão nas novas tecnologias digitais, o que implica em novos desafios regulatórios.

Em seguida, na Seção Artigos em Língua Estrangeira, trazemos o artigo “*The boundaries of legality in criminal prosecution against hacking in the information society*”, de autoria da Profa. Dra. Greice Patrícia Fuller. No artigo, é examinada a possibilidade do uso de equipamentos informáticos legalmente autorizados para investigação criminal em delitos digitais.

Na Seção Artigos, o texto “Debate Público e Armadilhas da Confiança: cura dos problemas contemporâneos da democracia com mais democracia” aborda os problemas da desinformação e da manipulação da liberdade de expressão nas redes sociais.

Na sequência, no artigo “A regulação sanitária nos tratados de investimentos brasileiros”, a autora Ivette Susana Esis Villarroel e o coautor Leonardo Vieira Arruda Achtschin questionam se há instrumentos normativos garantidores do direito de regular saúde pública no Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos.

Já no artigo “Responsabilidade civil e risco ambiental em áreas contaminadas e em áreas degradadas órfãs”, o Prof. Dr. Marcelo Kokke analisa o regime jurídico das áreas contaminadas e a sua repercussão na definição dos padrões de responsabilidade ambiental.

No trabalho “A litigiosidade como fenômeno complexo: quanto mais se empurra, mais o sistema empurra de volta”, são apresentados dados da investigação sobre os índices de judicialização e de recorribilidade dos conflitos para avaliar se a litigiosidade se retroalimenta e se intensifica com o modelo linear pelo qual o Judiciário opera diante de novos casos e recursos.

Em “Dossiê Temático” sobre Direitos Humanos, Giovanna Maria Frisso traz o artigo intitulado “O acervo da Comissão de Anistia e a tortura durante a ditadura militar no Brasil”, que busca tematizar os desafios da pesquisa sobre graves violações de direitos humanos, de maneira a compreender o período da ditadura militar e a tortura - conforme registrada em documentos oficiais da Comissão de Anistia.

Ainda nessa seara, a pesquisa “O desafio global dos Direitos Humanos na proteção da vítima do Tráfico de Seres Humanos” retrata a proteção da vítima do Tráfico de Seres Humanos como subsídio e suporte no processo de desenvolvimento crítico e intelectual dos operadores do Direito e da sociedade global.

Por fim, os autores Rocco Junior Flacco, Grace Ladeira Garbaccio e Francisco Tojal Dantas Matos apresentam os resultados de pesquisa que analisa os efeitos da implementação da escuta judicial obrigatória no âmbito dos requerimentos de medidas protetivas de urgência.

Agradecemos aos membros do Conselho Editorial, aos consultores *ad hoc*, às instituições de ensino superior parceiras da RJP e às autoras e aos autores que escolheram este periódico para a publicação de seus artigos. Agradecemos também ao Presidente da Revista, à equipe da Revista, às servidoras e aos servidores da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos, cuja contribuição foi essencial para a publicação de mais uma edição.

Siga nosso perfil no Instagram (@cej.saj\_oficial) para mais informações!

Uma ótima leitura!